



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROV - 92017

Código de validação: 7B55F7478A

Dispõe sobre a edição de Relatório anual das atividades desempenhadas pelas serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão

A CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 236, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que estabelece a fiscalização dos atos notariais e de registro pelo Poder Judiciário, e o disposto no art. 30, inciso XIV, c/c art. 38, ambos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que preveem que os notários e registradores estão obrigados a cumprir as normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente;

CONSIDERANDO que compete à Corregedoria-Geral da Justiça zelar para que os Serviços notariais e de registro sejam prestados com rapidez, qualidade satisfatória e de modo eficiente, bem como estabelecer medidas para o aprimoramento e modernização de sua prestação, a fim de proporcionar maior segurança no atendimento aos usuários;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 145, II, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, que instituiu a obrigatoriedade aos notários e aos registradores de remeterem à Corregedoria-Geral da Justiça relatório anual das atividades desempenhadas nas serventias extrajudiciais;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor estruturar o funcionamento das serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar modelo de Relatório anual das atividades desempenhadas pelas serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão a ser preenchidos por notários, registradores e/ou interinos/interventores, em cumprimento ao artigo 145, II, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão e artigo 30 da Lei n.º 8.935/94.

Art.2º. O Relatório será remetido anualmente, até 10 de janeiro do ano subsequente com os dados do período auferido, para a Corregedoria-Geral da Justiça, por meio do Sistema AUDITUS e passa a constituir procedimento obrigatório em todas as serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão.

§ Único. O período de aferição de dados, mencionado no caput, vai de 1º de Janeiro a 31 de dezembro do ano anterior à remessa do relatório.

Art. 3º. O modelo constante no anexo I deste Provimento será implantado e exigido a





**Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

partir da publicação deste ato.

Art. 4º. O não cumprimento do envio do relatório poderá incidir em falta funcional a ser apurada em procedimento disciplinar a ser presidido pelo Juiz de Registros Públicos, Corregedor Permanente da Serventia ou Corregedoria Geral de Justiça.

Art. 5º. Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 16 de maio de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargadora ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ
Corregedora-geral da Justiça
Matrícula 3640

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 19/05/2017 13:22 (ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ)



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELAS SERVENTIAS
EXTRAJUDICIAIS DO MARANHÃO NO ANO DE 2016**

INFORMAÇÕES DA SERVENTIA:

COMARCA:			
MUNICÍPIO:			
NOME DA SERVENTIA:			
CÓDIGO NACIONAL:			
CNPJ:			
ENDEREÇO:		NÚMERO:	
BAIRRO:		CEP:	
TEL. FIXO 1:		TEL. FIXO 2:	
E-MAIL:			
SITE:			
ATRIBUIÇÕES DA SERVENTIA			
<input type="checkbox"/>	Notas	<input type="checkbox"/>	Registro de Distribuição
<input type="checkbox"/>	Protesto de Títulos	<input type="checkbox"/>	Registro de Imóveis
<input type="checkbox"/>	Registro Civil das Pessoas Naturais	<input type="checkbox"/>	Registro de Interdições e Tutelas
<input type="checkbox"/>	Registro de Contratos Marítimos	<input type="checkbox"/>	Registro de Títulos e Documentos e Civis das Pessoas Jurídicas

INFORMAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS:

TITULAR:				
CPF:		RG:		
ENDEREÇO:			NÚMERO:	
BAIRRO:			CEP:	
TEL. FIXO:		CEL. 1:		CEL. 2:
E-MAIL:				

SUBSTITUTO:				
CPF:		RG:		
TEL. FIXO:		CEL. 1:		CEL. 2:
E-MAIL:				

QUESTIONÁRIO:

1) A Serventia efetuou o preenchimento do sistema Justiça Aberta junto à Corregedoria Nacional de Justiça nos primeiros 10 dias do mês de janeiro de julho de 2016:

() SIM () NÃO

Justificativa em caso negativo:

2) Quantos funcionários trabalham na Serventia e qual o cargo de cada um?

3) Quais os prestadores de serviço contratados pelo Titular (sistema de informática, câmeras, segurança, gráfica, contador, assessoria jurídica etc)? Fornecer os contatos.

4) Enumerar a quantidade de livros existentes na Serventia de acordo com o tipo de ato praticado.

☐ LIVRO FÍSICO:

☐ LIVRO DIGITAL (quando a serventia faz uso de sistema de automação cartorária):

5) A Serventia possui débitos referentes ao pagamento do FERJ, FERC e de solicitação de Selos:

() SIM () NÃO

Justificativa em caso positivo:

6) Qual a forma de acesso à internet disponível na serventia:

☐ REDE COM FIO

☐ REDE SEM FIO

☐ TELEFONIA MÓVEL

Observações:

7) Foram efetuados investimentos no que diz respeito à informatização da Serventia:

() SIM () NÃO

Em caso positivo, quais os investimentos e sistemas utilizados?

8) Existem prestadores de serviço no Município que supram todas as necessidades da Serventia:

() SIM () NÃO () PARCIALMENTE

9) A Serventia possui seguro de responsabilidade civil?

() SIM () NÃO

10) O Titular responde a algum processo administrativo junto à Corregedoria Geral de Justiça?

() SIM () NÃO

11) A Serventia dispõe de quantos computadores? Em caso de interino, quantos foram adquiridos na constância da interinidade?

12) O município em que está localizada a Serventia se enquadra numa das hipóteses de desacumulação de atribuições previstas na Lei ____?

13) No município existe mais de uma Serventia? Quantas?

() SIM () NÃO QUANTIDADE: _____

14) O CNPJ da serventia possui débito perante à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

() SIM () NÃO

Justificativa em caso positivo:

15) Certidões negativas:

15.1) Do Tabelionato:

☐ CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas)

☐ Ações Cíveis

☐ Justiça Federal

15.2) Do Tabelião:

☐ CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas)

☐ Ações Cíveis

☐ Justiça Federal

16) O ressarcimento dos atos gratuitos supriu a demanda exigida pela atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais:

() SIM () NÃO () NÃO POSSUI ATRIBUIÇÃO ESPECÍFICA

17) Houve registro de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros:

() SIM () NÃO () NÃO POSSUI ATRIBUIÇÃO ESPECÍFICA

18) A serventia com atribuição de protesto possui pendências (confirmação, retorno, repasse de valores aos apresentantes e disponibilização das certidões de instrumentos de protesto aos apresentantes) junto à Central de Remessa de Arquivos do Maranhão (CRA-MA)?

() SIM () NÃO () NÃO POSSUI ATRIBUIÇÃO ESPECÍFICA

Em caso positivo, quais as pendências?
